

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANA GABRIELA RIGO BORGES

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E
VITALIDADE URBANA NA PRAÇA PARIGOT DE SOUZA EM CASCAVEL – PR**

CASCAVEL

2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANA GABRIELA RIGO BORGES

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E
VITALIDADE URBANA NA PRAÇA PARIGOT DE SOUZA EM CASCAVEL – PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Teórico-
conceitual, como requisito parcial para a
aprovação na disciplina: Trabalho de Curso:
Qualificação.

Professor Orientador: Andressa Carolina
Ruschel.

CASCAVEL

2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANA GABRIELA RIGO BORGES

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E
VITALIDADE URBANA NA PRAÇA PRIGOT DE SOUZA EM CASCAVEL – PR.**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Ma. Andressa Carolina Ruschel.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista Ma. Andressa Carolina Ruschel

Professora Avaliadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista Ma. Sirlei Maria Oldoni

Co-Avaliadora
Arquiteta e Urbanista Priscila Laís Blanck

Cascavel/PR, 24 de outubro de 2017.

EPÍGRAFE

“A função atemporal da arquitetura é criar metáforas existenciais para o corpo e para a vida que concretizem e estruturam nossa existência no mundo. A arquitetura reflete, materializa e torna eternas as ideias e imagens da vida ideal. As edificações e cidades nos permitem estruturar, entender e lembrar o fluxo amorfo da realidade e, em última análise, reconhecer e nos lembrar quem somos. A arquitetura permite-nos perceber e entender a dialética da permanência e da mudança, nos inserir no mundo e nos colocar no continuum da cultura e do tempo”.

Juhani Pallasmaa

RESUMO

O presente estudo pretende trazer à discussão a questão da acessibilidade e o fator de vitalidade urbana, considerando a produção multissensorial que a arquitetura proporciona em obras públicas. O problema que motiva a pesquisa é: Quais são as condicionantes que precisam ser analisadas para que a Praça Parigot de Souza seja um conceito de vitalidade urbana? E parte da hipótese inicial de que as principais condicionantes que motivam a frequência no ambiente é a formação de identificação pessoal com a praça, e de que os preceitos de vitalidade e acessibilidade foram possivelmente projetados com a praça, mas alguns deles adquiridos com o passar do tempo e frequência de usuários. O objetivo geral do trabalho pode ser classificado como analisar a implantação da acessibilidade e vitalidade urbana nos espaços públicos, com enfoque na Praça Parigot de Souza. Em seguida, nos correlatos, fora abordada a cidade de Uberlândia – MG, que é exemplo de acessibilidade, um estudo nas praças de Natal – RN, que trazem o conceito de vitalidade urbana estruturada e um estudo da Praça Capela Nova, em Belo Horizonte – MG, a fim de questionar os planejamentos urbanos que não priorizam a acessibilidade, mas mesmo assim promovem a vitalidade em espaços públicos. Esta pesquisa pretende colocar este questionamento através de pesquisas bibliográficas, qualitativas, estudo de caso e pesquisas de campo. Expõe-se que ambientes urbanos acessíveis são uma pauta de estudos constantes, ainda mais em ambientes públicos que devem priorizar todos sem distinções.

Palavras chave: Vitalidade urbana, acessibilidade, condicionantes, planejamento urbano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa de Cascavel com delimitação do Bairro Country e a Praça Parigot de Souza	31
Imagem 2: Rampas de acesso para cadeirantes e acesso ao transporte público para todos.....	35
Imagem 3: Imagem Praça Capela Nova, bairro Minas Brasil – Belo Horizonte – MG	37
Imagem 4: Imagem geral Praça Capela Nova	38
Imagem 5: Imagem eixo central Praça Capela Nova	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lei de normas gerais a fim de promover acessibilidade para todos	20
Tabela 2: Cronograma da cidade de Uberlândia para se tornar acessível	34
Tabela 3: Resultados conquistados com a transformação da cidade	34

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Formação da imagem sobre determinado ambiente	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
NBR	NORMA BRASILEIRA REGULAMENTADORA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
1.1 ACESSIBILIDADE.....	16
1.1.1 Conceito.....	17
1.1.2 Acessibilidade como fator de construção do lugar	19
1.1.3 Legislação.....	20
1.2 VITALIDADE URBANA.....	21
1.2.1 Densidade e segregação.....	23
1.2.2 Permeabilidade visual e ambiência sensorial	24
1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS	26
1.3.1 Acessibilidade versus espaço público.....	28
1.4 PRAÇAS.....	29
1.4.1 Praça Parigot de Souza	30
1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	32
2. CORRELATOS	33
2.1 Uberlândia: cidade exemplo de acessibilidade	33
2.2 Vitalidade Urbana – Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das Praças de Natal/ RN....	36
2.3 Aplicações em praças públicas – Estudo de caso da Praça Capela Nova, Belo Horizonte/ MG.....	37
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

REFERÊNCIAS.....	42
-------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado ao Trabalho de Curso de Arquitetura e Urbanismo, com o título “Conceitos de acessibilidade e vitalidade urbana na Praça Parigot de Souza em Cascavel – PR”. Enquadra-se na linha de pesquisa PUR – Planejamento Urbano e Regional, como grupo de pesquisa métodos e técnicas do Planejamento Urbano e Regional, desta forma, a pesquisa aborda a questão de acessibilidade e vitalidade urbana em espaços públicos.

Em uma definição de Saboya (2017) acessibilidade nada mais é do que um processo que facilita a mobilidade urbana, que resulta no fácil deslocamento de pessoas, e a importância da responsabilidade arquitetural com o fator de acessibilidade para todos é uma questão muito abordada em diferentes enfoques, como o questionamento da relação que a mesma faz com a vitalidade urbana em espaços públicos. O conceito de vitalidade se define por uma capacidade de viver, se desenvolver e produzir a própria força vital para permanecer, e acessibilidade pode ser entendida como facilidade na aproximação, esta que esta sempre em processo de ganhar espaço na produção arquitetural, para criar a aproximação de pessoas sem distinções físicas.

De maneira geral a acessibilidade esta associada às oportunidades que um ambiente disponibiliza, e a vitalidade urbana liga-se diretamente com o fator de frequência de todos – sem distinção – a um local.

Deste modo, a presente pesquisa justifica-se socialmente para compreender os conceitos que levam a vitalidade urbana e entender a Praça Parigot de Souza como um exemplo para a cidade de Cascavel. Este trabalho também se destaca no meio acadêmico como auxilio para posteriores estudos relacionados ao meio urbano em acessibilidade e vitalidade urbana, como também para ampliar os conhecimentos urbanos em relação à Praça Parigot de Souza.

Portanto, esta pesquisa é relevante porque estuda os conceitos de acessibilidade que ocasionam a vitalidade urbana em espaços públicos, utilizando a Praça Parigot de Souza em Cascavel – Paraná, para entender estes conceitos na prática projetual, e o que a torna uma materialização destes conceitos para o município de Cascavel – PR.

O problema posto em questão para motivar esta pesquisa, é: Quais são as condicionantes que precisam ser analisadas para que esta praça seja um conceito de vitalidade urbana? Que parte da hipótese de que uma das principais condicionantes que motivam a vitalidade urbana na Praça Parigot de Souza é a frequência por identificação pessoal dos

usuários, a produção de experiências multissensoriais e a consideração de que os preceitos de vitalidade urbana e acessibilidade observada no local foram planejados com a Praça Parigot de Souza, mas alguns conceitos foram adquiridos com o passar do tempo e uso do ambiente.

O objetivo geral consiste em analisar a implantação da acessibilidade e vitalidade urbana nos espaços públicos, com enfoque na Praça Parigot de Souza em Cascavel – PR. E os objetivos específicos são:

- a) Conceituar a acessibilidade dentro do contexto dos espaços públicos;
- b) Dar enfoque a acessibilidade no Brasil;
- c) Compreender as legislações que regem as normas de acessibilidade;
- d) Compreender os fatores de acessibilidade que ocasionam a vitalidade urbana em espaços públicos;
- e) Fazer uma análise de correlatos;
- f) Definir o conceito de vitalidade urbana no contexto de espaços públicos;
- g) Historicizar a vitalidade urbana em praças;
- h) Realizar um estudo de caso da Praça Parigot de Souza sobre os preceitos de acessibilidade e vitalidade urbana;
- i) Analisar os resultados obtidos com a pesquisa;
- j) Realizar propostas de melhorias.

A pesquisa se desdobra diante das seguintes fundamentações teóricas, que segundo Prado, Lopes e Ornstein (2010) a acessibilidade é alcançada quando os espaços são convidativos, fáceis de percorrer, fáceis de entender, atrativos e, acima de tudo, são promotores de encontros e convívios com o outro.

Pagliuca, Aragão e Almeida (2007) citam que todas as pessoas possuem direito à acesso, educação, saúde, lazer e trabalho, estas que colaboram para a inserção no meio social. Pessoas com deficiências físicas possuem necessidades diferentes, e precisam atingir objetivos como o direito a acessibilidade em obras de cunho público. Para reconhecer um espaço como acessível precisa estar livre de barreiras arquitetônicas, proporcionando a utilização com segurança e autonomia.

Os fatores da acessibilidade bem planejada ocasionam o que é chamado de Vitalidade Urbana, que para Prado, Lopes e Ornstein (2010) se refere a vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando, também inclui atividades comerciais, em suma, pode ser entendida como alta frequência de apropriação, interações e atividades.

A presente pesquisa terá como marco teórico:

Vitalidade urbana refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços: caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais; interagindo, conversando, encontrando-se; olhando a paisagem e as outras pessoas; divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais; brincando, especialmente em parques e praças, mas também na rua; e assistindo apresentações artísticas, especialmente as informais e improvisadas, entre outras manifestações. Inclui também toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar, pechinchar, etc. (SABOYA, 2017, *on-line*)

Saboya, Netto e Vargas (2015) ainda falam sobre “fatores morfológicos da vitalidade urbana” como aspectos de onde está localizado, em relação a composições do sistema urbano; oportunidades de interação e socialização e qualidade em relação à infraestrutura urbana e acessível disponível.

Esta pesquisa terá como base metodológica a revisão bibliográfica e pesquisas via internet. Para Salomon (1974) bibliografia é o conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escritas por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas ou parte das fontes. O mesmo se aplica para pesquisas via internet, considerando a utilização de um conjunto de obras sobre determinado assunto. Também terá aprofundamento em um estudo de caso da Praça Parigot de Souza na cidade de Cascavel – PR, onde serão pesquisas qualitativas, que enaltecem o contato direto do pesquisador com o ambiente em questão, e define-se por um levantamento de dados, feitos sobre alguma motivação para entender e interpretar determinado assunto.

Tal como, o método dialético, definido por Prodanov e Freitas (2013) como um embasamento de que tudo na natureza se relaciona e se transforma, e sempre há o outro lado de cada fenômeno ou objeto discutido e estudado, é importante que o pesquisador estude todos os aspectos, sem se formar em uma ideia já pronta, mas considerando que o mundo e natureza estão em mudança o tempo todo.

Também utilizará de metodologias explicativas, como gráficos e tabelas, Freitas e Prodanov (2013) as define como figuras de apresentação de dados, esta vale para esquemas, diagramas, mapas, gráficos, desenhos e afins. Já tabelas são apresentadas como compilado de dados numéricos, disposto em alguma ordem classificada, e expressam qualquer variação qualitativa e quantitativa de fenômenos. A presente monografia também contará com Pesquisas Documentais em Coleções particulares, onde, documento é toda e qualquer fonte de informação, e Prodanov e Freitas (2013 p. 56) definem as coleções particulares como “imagens, quadros, monumentos, fotografias, etc” onde se encaixa a utilização de imagens autorais.

A análise de conteúdos traz consigo diferentes modos de conduzir todo e qualquer processo, como cita Moraes (1999), a análise de todos os dados será formada por um compilado de pesquisas in loco, fotografias, referências bibliográficas, exploração de mapas, gráficos, diagramas e tabelas. Análises permitem variações, e o que sustenta é reunir argumentos que identifiquem uma análise não somente como uma simples metodologia, mas uma variação em revisão permanente de medidas a serem tomadas em determinado assunto.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo tem objetivo de integrar o tema de pesquisa com as teorias e fundamentos que estruturam a formação do arquiteto e urbanista, com base na fundamentação teórica os quatro pilares de aproximações teóricas, História e Teorias, Projeto Arquitetônico, Planejamento Urbano e Tecnologia e construção, também foram realizados resgates históricos sobre acessibilidade e vitalidade urbana.

1.1 ACESSIBILIDADE

Prado, Lopes e Ornstein (2010) no livro *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil* relatam a mudança do Brasil desde a década de 80 em relação à acessibilidade implantada no meio arquitetural. A implantação de modo ainda superficial da acessibilidade chegou ao Brasil aproximadamente na metade da década de 80, se inicia pela legislação onde começam a decretar direitos a pessoas com limitações físicas, em 1981 a ONU começou com a institucionalização, e um ano depois foi criado o PAM – Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, e somente em 1985, quatro anos depois das primeiras discussões em relação ao assunto acessibilidade, que é disponibilizada a primeira NBR 9050:1985 – Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente – esta que, aprovada pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em mais três anos de caminhada em progressão dos direitos a todos, surge a “Constituição Cidadã” onde delimita normas para construções de edifícios públicos e também na construção ou adaptação de transportes públicos.

E Lanchoti (2014) nos ANAIS do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico (1995) afirma que, a vigência da democracia em um país, onde indivíduos são identificados como cidadãos – com obrigações e direitos – portanto, todo e qualquer um deve participar deste contexto e principalmente implantados nos direitos de independência, autonomia e dignidade, isso em condições vivenciadas coletivamente ou no individualismo. A ausência do planejamento acessível causa uma limitação individual, que o mesmo relacionará com a sua deficiência, assim ferindo seus direitos de dignidade. Desde os primeiros planejamentos acessíveis, o arquiteto precisa ter uma postura de igualdade e vantagens sobre todos estes que, desde a “Constituição Cidadã” tem se destacado como princípio básico.

Lamônica et al (2008) defende ainda que acessibilidade forma o contexto de cidadania,

com direitos estabelecidos por lei que devem ser assiduamente cumpridos, em contraponto Manzini et al (2003) afirma que um espaço construído para ser considerado acessível, precisa disponibilizar soluções igualitárias a todo e qualquer usuário, e que todos estes direitos de acessibilidade assegurados por lei se deparam com barreiras arquitetônicas, ou seja, impedimentos físicos em locais construídos.

Lanchoti (2014) menciona sobre novos dados, em 2010 o IBGE indicou quase 24% da população Brasileira possui alguma deficiência (entre física, visual, auditiva, múltipla e etc). Se estes dados forem considerados com totalidade em referência de grau de dificuldades a ser enfrentadas, o pensar em acessibilidade seria uma ação voltada à totalidade, e não somente a minoria dependente destes serviços.

Há uma coletividade social formada por todas essas pessoas portadoras de distintos tipos de deficiência. Devemos, porém, acrescentar às situações pessoais que a Mabel mencionou outras que fazem com que determinadas contingências do meio físico sejam assumidas como naturais, como elementos integrados ao espaço e ao meio ambiente, quando justamente precisamos complementá-las, porque cabe a nós, arquitetos, essa responsabilidade, porque nos compete o manuseio do espaço, a resolução dos problemas das edificações e das cidades. Somos compelidos a fazer uma arquitetura que, lamentavelmente, não é acessível a todos, uma arquitetura que margeia a criação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, bem como os transportes e até mesmo as comunicações. Criamos uma série de barreiras que impedem a plena integração das pessoas deficientes à vida cotidiana. Além disso, já se demonstrou que qualquer programa de reabilitação de pessoas com problemas físicos, psíquicos ou sensoriais está fadado ao insucesso de essas pessoas não encontrarem uma resposta para as suas dificuldades num meio físico em que possam integrar-se (GALINDEZ, 1995, p. 25).

A acessibilidade sendo uma resolução voltada à totalidade questionaria os conceitos dispostos desde então, visto que este mecanismo projetual é tratado como uma solução principal para pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida, então mais do que produzir espaços acessíveis para deficientes, o ato de produzir acessibilidade atualmente é a chegada de novos conceitos que transformam a vida na arquitetura e no meio urbano.

1.1.2 Conceito

Em uma conceituação da língua portuguesa, para Ferreira (2010) acessibilidade, em substantivo feminino significa: *qualidade do que é acessível*, e como adjetivo de dois gêneros: *a que se pode ter acesso; a que se tem acesso; fácil de atingir*. Queiroz (2006) fala que o conceito evoluiu para algo muito mais complexo, onde o significado prático é a qualidade ou falta de qualidade na vida para uma grande porcentagem de pessoas que utilizam o meio

urbano.

A partir desta evolução nos conceitos de acessibilidade, os mesmos se alteraram cada vez mais, primeiramente pela demanda, quanto mais pessoas estão inseridas no meio urbano, a dependência de mecanismos de qualidade para acesso a todo e qualquer lugar é maior. Quando é falado sobre qualidade ou falta de qualidade, é um campo amplo de referência, considerando as capacidades de vínculos que o ser humano cria, onde devemos pensar que todas as pessoas pertencentes de um meio urbano estão potencialmente correndo riscos de depender de mecanismos que facilitem sua mobilidade para livre circulação.

Amengual (1994) nos ANAIS do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico, fala sobre a livre circulação de pessoas com ou sem deficiências em locais ou espaços urbanos – sem que haja delimitação de zona especial para usuários em diferentes condições físicas – é um conceito que a ela, pareceu perfeito, considerando que todo e qualquer indivíduo em vida é um deficiente físico em estado real ou potencial, visto que, ninguém está completamente sem risco de adquirir ou tornar-se limitado por alguma condição física com o tempo. A acessibilidade deve promover a mobilidade, mas também é uma exigência que se pense em necessidades distintas em grupos distintos, acima de tudo é preciso preparar um ambiente em que todo cidadão possa usar.

Para maior clareza o entendimento deve ser de que muitos fatores interferem na formação de conceitos sobre acessibilidade para o pensamento acessível, o conceito evoluiu com o passar do tempo, as leis se mantiveram, mas o preparar um ambiente para que todo cidadão possa utilizar passou a ser uma modalidade especial na arquitetura, visto que não só mais pessoas com deficiências são beneficiadas, esse conceito passou a ser de pensar em pessoas distintas na forma de conviver e utilizar coletivamente ou individualmente o meio urbano.

Além dos fatores citados, um importante para se levar em consideração é o conceito de acessibilidade e ergonomia, que para Prado, Lopes e Ornstein (2010) as atividades cotidianas precisam ser avaliadas de formas técnicas, levando em conta fatores como esforço para deslocamento e posicionamento, neste caminho a área ergonômica abrange o maior número de dependentes da acessibilidade, e que este conceito de acessibilidade precisa se adequar ao planejamento de Desenho Universal, contudo, preservando a diversidade humana, preservando os direitos legais de cada cidadão, realizando suas atividades com conforto, segurança e plena autonomia assegurada no direito de ir e vir de todo e qualquer indivíduo.

Para Cambiaghi (2007) a utilização dos princípios de Desenho Universal e a relação

funcional deve ser estruturada diante de todos os elementos que integram o meio urbano. Os princípios devem ser utilizados desde o planejamento projetual até a última instância de execução, levando em conta os conceitos, a acessibilidade deve ser pensada como fator de construção de locais inseridos no meio urbano, sejam eles privados ou públicos.

1.1.3 Acessibilidade como fator de construção do local

A acessibilidade precisa ser levada como fator de construção primordial, e Prado, Lopes e Ornstein (2010) falam sobre isso, as atividades humanas devem ser pensadas a partir de um quadro sensorial de implantação do ambiente projetado, o espaço principalmente público deve ser pensado não só como matéria, mas como instrumento emocional e de interação social. Espaços projetados se modificam para o conceito de lugar, quando há desenvolvimento afetivo com o mesmo e lugares são compartilhamentos de emoções, considerando as realidades individuais, as pessoas se sentem pertencentes de lugares e de ambientes urbanos a partir de sensações e essa transição onde param de se transformar em lugar não é marcada por algum episódio, mas sim um processo contínuo onde o ambiente é percebido com valores emocionais relacionados à vida social.

Holanda (2002) defende que a vida social é completa por artifícios de materialização como crenças, gestos, práticas e experiências. Considerando estas materializações, a dimensão de ordem social ocorre por variações espaciais, visto que, existem relações transculturais que formam a vida em ambiente físico, ocasionando a vida social. Voltando para o desenvolvimento de lugar a partir de laços afetivos criados em ambientes de vida social, para Duarte e Cohen (2004) o afeto criado por um lugar está inteiramente ligado com a experiência espacial obtida ali, para alguém com dificuldades de locomoção este sentimento estará ligado com suas limitações e para que estas pessoas possam se identificar com a vida social urbana na cidade onde habita é preciso que seu corpo e seus sentidos estejam introduzidos no espaço, para que sua experiência pessoal seja satisfatória, as barreiras que impedem de ter acesso adequado a espaços fazem com que pessoas com necessidades especiais para locomoção não tenham a vida social estruturada, levando em conta o sentimento negativo que criaram no ambiente quando tentaram o contato com o mundo urbano e se depararam com barreiras.

A imposição de leis para projetos urbanísticos e edificações deu um aval para que as pessoas que necessitam destes mecanismos não se deparem com barreiras causadas pela produção arquitetural, Cambiaghi (2007) fala sobre o desafio que este tema tem lançado diante

dos profissionais envolvidos no planejamento e construção de ambientes, mas também ressaltam as conquistas em tornar a acessibilidade um modo de ver a todos em suas diversidades, especialmente quando falamos sobre pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldades em circulação no geral, é importante lembrar que além da legislação, o conceito de projetar *para todos* esteja sempre presente.

1.1.4 Legislação

A legislação que defende a acessibilidade no Brasil é principalmente a *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*, descrita por Oliveira (2008).

Tabela 1: Lei de normas gerais a fim de promover acessibilidade para todos.

Lei nº 10.098	Disposições gerais
Capítulo I	Esta lei tem como princípio de alcance a supressão de barreiras em espaços públicos e vias, entre alguns fins de estabelecimento da lei estão inclusas, pessoas com deficiências ou temporariamente com mobilidade reduzida, o direito de autonomia e acessibilidade em utilizar e/ou acessar qualquer espaço ou equipamento urbano, em suma, qualquer elemento que possibilite o direito de ir-e-vir com autonomia pessoal.
Capítulo II	Elementos de urbanização defendem normas de banheiros públicos, 2% das vagas de estacionamento são exclusivas e 5% dos equipamentos urbanos devem ser adaptados para todos.
Capítulo III	Desenho e localização do mobiliário urbano, onde todo equipamento deve ser adaptado para que sejam utilizados com comodidade para deficientes físicos, desde telefones públicos, semáforos e afins.
Capítulo IV	Acessibilidade de edifícios públicos ou de uso coletivo, de modo a tornar estes ambientes

	acessíveis para todos, e principalmente de espaços próprios para estadia destas pessoas em locais destinados à cultura.
Capítulo V	Sobre acessibilidade em edifícios de uso privado, percurso acessível, e percentual mínimo de habitações e acessos entre vias e edifícios vizinhos.
Capítulo VI	Acessibilidade em veículos de transporte coletivo, que deverão seguir as normas dispostas de acessibilidade.
Capítulo VII, VIII e IX	Descreve sobre normas técnicas de auxílio, eliminações de barreiras e sistemas de comunicação e sinalização.

Fonte: Site do Planalto (2000). Editado pela autora (2017).

Oliveira (2008) ainda finaliza dizendo que a lei em suas disposições são específicas para tais finalidades dispostas nos capítulos, mas remete ao detalhamento da ABNT NBR 9050, que representa com todas as normas de acessibilidade. Esta norma é extensa e define os aspectos de acessibilidade no meio urbano, possui uma linguagem técnica de exigências a serem consideradas, sobre a instalação e/ou adaptação de ambientes à condições de acessibilidade, e compreende os instrumentos necessários para que haja conforto e funcionalidade, mas vale lembrar que esta norma não se faz um produto final, mas um compilado de resoluções acessíveis em evolução, é preciso mais do que normativos que transformem um lugar em acessível e consequentemente com qualidades como a vitalidade urbana para valorização espacial e sensorial no meio urbano.

1.2. VITALIDADE URBANA

Saboya, Netto e Vargas (2015) falam sobre a vitalidade urbana como um estudo muitas vezes não tratado diretamente, destacando os fatores que a ocasionam, como características arquitetônicas no meio urbano: eles definem a vitalidade urbana como *socialidade*, que representa movimentos e interação em espaços urbanos. Outro fator importante defendido para ocasionar a vitalidade urbana é a permeabilidade entre espaços públicos, onde a possibilidade de entrar e sair sem barreiras arquitetônicas esta diretamente correlacionada com a vitalidade urbana.

O fato de socializar e ter acesso a uma arquitetura para todos traz a vitalidade urbana como consequência positiva, mas um dos fatores primordiais de incentivo a frequência de pessoas em um determinado local são os padrões de visibilidade, as atividades realizadas em ambientes urbanos são um chamariz sem alarde, o próprio ambiente quando frequentado passa a ser um referencial de vitalidade.

Sobre padrões de visibilidade que formam a vitalidade em espaços públicos Saboya et al (2014) defende que as atividades que ocorrem no entorno de ambientes públicos também implicam para ocorrer a vitalidade, a diversidade de usos e de frequência de utilizações em horários e funções diferentes, o posicionamento de ambientes públicos em espaços onde já há densidade urbana estruturada é um pensamento essencial para formação de espaços vitais, tal como interação de atividades internas e externas.

Cabral, Rosseto e Saboya (2016) falam sobre a consolidação de espaços públicos com vitalidade urbana, não basta só ser um espaço de área livre, mas inúmeras questões estão em pauta sobre o uso dos espaços. Para Bentley et al (1999) devem ser pensados em sete considerações: permeabilidade, variedade de usos, facilidade de compreender a estrutura do espaço, flexibilidade de usos propiciado pela forma do espaço urbano inserido, imagem apropriada em relação a interpretação individual de experiências sensoriais no espaço, riqueza em experiências sensoriais, e por fim, a personalização que trata da apropriação de cada usuário, trazendo significados pessoais de cultura e uso.

Já para Balbim, Krause e Linke (2016) os conceitos de vitalidade urbana passam pela forma arquitetônica disposta no entorno, mas no estudo realizado por eles é mostrado que a tipologia arquitetônica interfere mais do que pensamos na vitalidade, mesmo que em espaços públicos, pois estas tipologias formam um contato informal com espaços públicos e se torna matéria de comunicação. A cidade passa ser um resultado de escolhas arquitetônicas, estas que fazem o meio urbano. Além do fator plástico, muitos fatores levam à vitalidade urbana, e Saboya (2012) faz uma analogia de quatro pontos importantes que promovem a vitalidade, que são: densidade, proximidade e distância na malha de ruas, relação de edifícios x espaços públicos e a permeabilidade visual. No entanto, ele defende que o primordial destes fatores é a densidade populacional, pois é uma relação quantitativa, maior a quantidade de pessoas, mais ambientes sendo utilizados.

Por outro lado, Gehl (2015) defende que a experiência de vitalidade não se limita a quantidades, a cidade viva é um conceito diferente, se vista uma cidade pequena com algumas pessoas na rua, pode se considerar uma visão viva, o que promove a vitalidade não são

números, mas sim sensações, o fato de ter um espaço convidativo e populoso cria um significado de valor emocional, isso inclui oportunidades de participação da vida urbana, a receita pra a vitalidade urbana ideal é o pensamento sobre a experiência sensorial de indivíduos que compõem a cidade.

1.2.1 Densidade e segregação

Para introduzir o conceito de densidade, que primordialmente favorece a vitalidade urbana, Saboya (2012) afirma que, áreas com mais moradores ou economia mais desenvolvida tende a possuir mais vitalidade em espaços físicos, justamente por pessoas estarem interagindo nas vias o tempo todo. Neste sentido ele leva em conta que edificações são “alimento” para espaços públicos, o simples fato de a pessoa sair e entrar na sua casa já gera um movimento urbano e esse é o primeiro esboço de vitalidade.

Holanda (2002) reforça sobre o pensar em dimensões de espaços abertos relacionados à densidade populacional no local de implantação, ele fala sobre espaços abertos com edificações de modo aleatório, não formando uma complementação do meio urbano, mas sim uma paisagem isolada. E Saboya (2012) pode complementar, onde diz que com isso tem-se o pior de dois lados, pontos da cidade com densidade elevada, infraestrutura exagerada e problemas de acessibilidade, mas também a ampliação de espaços urbanos, imóveis sem integração com o meio, sem infraestrutura adequada.

Como fator de planejamento urbano, a densidade deve ser um estudo ampliado, Davidson e Acioly (1998) destacam que este estudo apresenta a população total em um espaço urbano, e a densidade é um fator determinante para decisões em planejamentos urbanos, principalmente por entender a quantidade de pessoas e suas principais atividades locais, fazendo com que as alterações urbanas sejam favoráveis a questões que trazem a vitalidade urbana, este estudo impede problemas urbanos como a segregação, que é a formação de aglomerados de determinados locais pertencentes à cidade.

Balbin, Krause e Linke (2016) defendem que a segregação acontece mesmo que as pessoas não planejem ou desejem que aconteçam, as segregações são uma consequência do desejo de viver socialmente de cada indivíduo, o sentimento de ser diferente e estar deslocado do território urbano faz com que estas coisas aconteçam. As pesquisas de Leal Junior (2014) aprofundam que os estudos de densidade compreendem a urbanidade disponível e as realizações necessárias para cada espaço, transformando assim o desejo de não-segregação,

onde entende que o seu espaço urbano está sendo bem atendido conforme as demandas de densidade, propiciando qualidade e conforto urbano.

Todas as formulações técnicas sobre densidade e segregação, levam a um requisito que primordialmente atrai a população à determinado local: a utilização para atividades sociais. “*Pessoas são atraídas por pessoas*” (GEHL, 2015), isso promove a permeabilidade visual, transferindo os conceitos de densidade, quanto mais gente estiver num determinado local, e principalmente realizando atividades de integração social e urbana, promove no outro o desejo de estar ali e se relacionar, criando uma relação sensorial com o ambiente.

1.2.2 Permeabilidade visual e ambiência sensorial

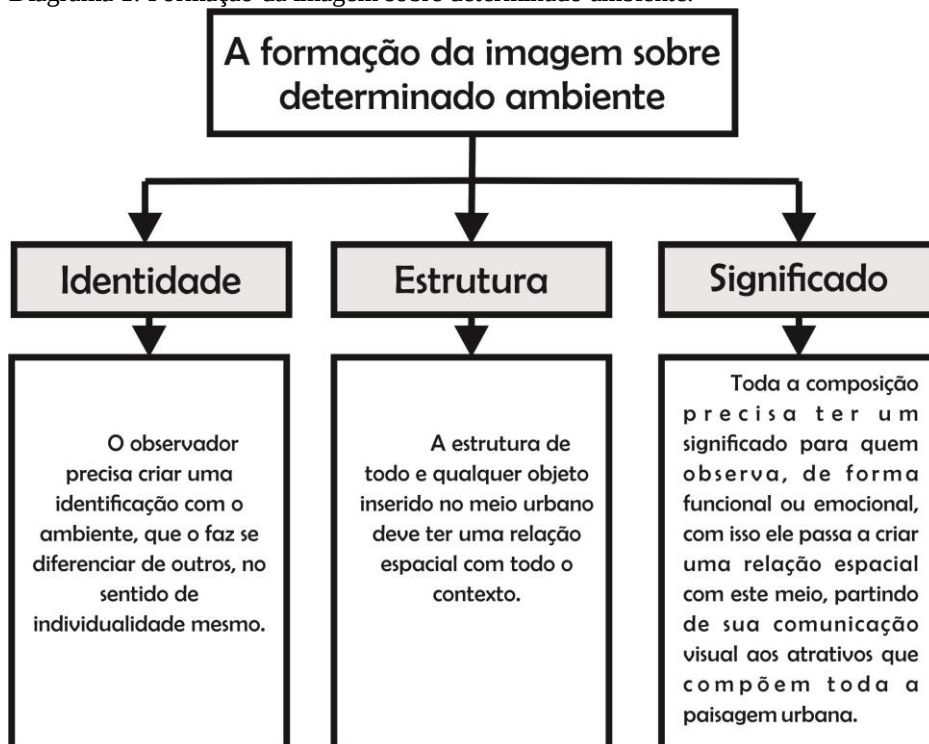
Saboya (2013) defende que as conexões visuais são os primeiros artefatos que promovem a vitalidade urbana no local já construído, a proximidade física só é possibilitada através de uma proximidade visual atrativa, ou seja, se estou dentro de alguma edificação e vejo um atrativo, os estímulos sensoriais que o visual traz, promove a integração a ambientes públicos de forma vital. A permeabilidade visual com espaços públicos estão relacionados a vitalidade urbana de forma positiva, entendendo que o fator de absorver qualidades visuais em primeira instância defendem o desejo de continuidade em conhecer o espaço, como defendem Saboya, Netto e Vargas (2015).

Para Harvey (1992) o ambiente construído e sua apresentação visual compõe a sensibilidade cultural desenvolvida no meio urbano, a partir deste quesito são avaliadas sensações e práticas da sociedade. Como os espaços se organizam visualmente fazem a forma da cidade. Também Severini (2014) fala sobre a permeabilidade visual como uma forma de hospitalidade urbana, a permissão de transitar de forma agradável visualmente faz com que o entorno seja muito mais valorizado e beneficiado em relação à ambiência sensorial criada por cada indivíduo.

O olhar individual para a cidade pode trazer um prazer ao ver panoramicamente todos os elementos que envolvem o ambiente, e Lynch (1997) fala que a cidade é vista diferente, em ocasiões diferentes e por pessoas diferentes, a percepção do ser humano com a cidade passa a ser um momento em que todos os sentidos do seu corpo estão em operação e a visão passa a ser um resultado materializado de todas as operações. A cidade é um símbolo potencial de todas as sociedades que vivem ali, a contemplação de um ambiente legível oferece principalmente a intensidade potencial das experiências individuais humanas.

A formação de uma imagem sobre determinado ambiente pode ser explanada em três composições vistas no diagrama abaixo:

Diagrama 1: Formação da imagem sobre determinado ambiente.



Fonte: Urbanidades (2008). Editado pela autora (2017).

Abbud (2006) fala sobre os sentidos humanos aflorados na paisagem urbana, cita que o paisagismo é a única expressão artística visual que envolvem os cinco sentidos humanos, a *visão* que promove o contemplar o ambiente onde está, o *tato* que faz o contato direto com elementos naturais, o *paladar*, considerando frutas e flores comestíveis, a *audição*, contempla sons de vegetações e água e o *olfato* que permite sentir o cheiro agradável de cada planta e ambiente.

Os espaços arquitetônicos formam diferentes percepções em diferentes pessoas e o que forma um espaço convidativo é a referência de *lugar*, que é todo espaço convidativo e que estimula o pertencimento ou a praticar alguma atividade ali, lugares possuem um corpo e alma, corpo é todo elemento físico que permanece ali e alma é representada por símbolos, significados e valores emocionais criados por cada indivíduo, apenas quem entende estes significados podem compreender o que é projetar visualmente e sensorialmente para pessoas e espaços de envolvimento sociais.

Justamente por isso, a preocupação do arquiteto não deve ser limitada, mas estar

presente o pensar em como articular e conduzir valores de espaço, Coutinho (1998) fala sobre isso, o momento de planejar ambientes para pessoas é crítico, o autor chama de anelo da alma com a utilidade, ou seja, a presença de valores espaciais é sim importante para formação de lugares, mas o teor de sentimento vem como uma resolução projetual ao pensar que as pessoas envolvem o sentir na arquitetura, projetar para pessoas é pensar em como estas pessoas terão a experiência sensorial ali.

As experiências sensoriais são integradas por meio do corpo, e o modo humano de ser, para Pallasmaa (2011) a psicanálise introduziu o esquema corporal como centro de integração, isso vale para a arquitetura, onde o corpo está em constante interação com o ambiente, o envolvimento do corpo com o ambiente transforma a nossa experiência existencial, não há espaços locados nas cidades em que pessoas vivem que estejam desvinculados com uma percepção individual. Toda a experiência sentimental com a arquitetura é uma representação multissensorial, tudo é medido por nossos olhos, ouvidos, nariz, enfim, toda a matéria corporal. A arquitetura materializa a experiência existencial, de pertencer ao mundo, e principalmente é um reforço de uma identidade pessoal, o que cada indivíduo é e os lugares que compõem suas rotinas, desde nossos ambientes particulares até o convívio social em espaços públicos.

1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS

Para Cerasi (1990) *apud* Romero (2001) o conceito real de espaço coletivo não é um espaço físico aberto no centro da cidade, o espaço público e coletivo tem um formato mais significativo, quanto mais pessoas e maior o período de tempo de uso, é definição de coletividade. O espaço urbano não foi o foco da arquitetura por muitos anos, mas a formação de espaços públicos são tão importantes quanto edifícios ao redor. Estes espaços promovem uma identidade visual a cidades e pessoas, se tornam espaços de passagem, simbólicos e de uso cotidiano para todos os habitantes de um local, além de formar a morfologia urbana.

Farret et al (1985) fala sobre a morfologia das cidades, e que nem só de transformações físicas que esta morfologia se trata, o espaço urbano é modificado a cada prática social, ou seja, a estruturação urbana se dá principalmente pelo uso, cada ambiente corresponde a uma necessidade existente e o compilado de todos estes ambientes, formam o meio urbano. Os espaços públicos, abertos e de usos indefinidos, são alimentados por diferentes formas de vivência, cultura, diversidade. O urbano, que é formado por sistemas e espaços apropriados

por funções sociais distintas, se apaga diante da nova morfologia, que se reduz a transformações físicas e não de ocupações sociais e funcionais, ou seja, nada é limitado por funções projetadas exclusivas, que predeterminam um espaço para uma única e exclusiva função, mas por transformações sociais.

As ocupações sociais transformam uma integração do espaço público ao seu entorno, o espaço não foi só locado ali, mas interage com todos os elementos a sua volta, para Saboya et al (2014), espaços públicos bem integrados ao entorno traz possibilidades de utilização, visto que usuários podem somente estar transitando pelas vias, outros apenas tendo uma percepção visual do espaço, efetuando a prática de esportes, socializando ou apenas estático ao observar o ir-e-vir das pessoas. Estas integrações possibilitam a presença de pessoas com distintas classes sociais, culturas, cores e etnias, promove se não a integração, a consciência sobre a existência de outro ser no mesmo espaço urbano, apesar disso não ser uma certificação de socialização, as pessoas não frequentarem os espaços públicos seriam uma barreira para a possível interação.

A possibilidade de socializar traz ao ser humano uma resolução na questão de individualidade da sua vida, mesmo com características diferentes, pessoas se relacionam, conversam, trocam experiências, culturas e informações. O instinto humano de território passa por um estágio de pertencer ao lugar no qual está habitando, isso inclui não somente frequentar comércios, residências, mas também ambientes públicos, mesmo que não seja algo individual, passa a ideia de pertencimento ao meio social que vive.

Considerando a relação do ser humano de pertencimento, Del Rio (1990) fala que é instinto humano de territorialidade, de precisar pertencer aos locais em que frequenta e tem domínio de conhecimento. O homem cria uma memória com o lugar, e isso leva a uma relação com ações que devam ser tomadas, como isso se aplica em espaços públicos é simples, a relação de memória e necessidade de pertencer ao local que habita faz o planejamento urbano ter espaços para socialização e afirmação do sentido de pertencer a cidade do homem, a sua capacidade de se identificar com local e grupo social, mas também há a controvérsia de que o homem leva parte do espaço público como “terra de ninguém” e isso faz com que maltratem a propriedade que ele não reconhece com pertencente, é preciso atenção em meios de socialização.

Sobre os meios de socialização Gehl (2015) fala que as atividades sociais exigem a presença de outras pessoas, os espaços públicos são uma resposta de integração social no meio urbano, se há vitalidade há trocas sociais, se o espaço não é populoso, nada acontece. Ele fala

sobre as vidas entre edifícios, que são estes ambientes públicos que promovem todos estes conceitos, defende que a cidade há muito para se ver e ouvir, que são os dois principais meios de socialização e a permanência de espaços públicos são a primeira oportunidade para estes meios. Também deve se levar em conta os fatores que promovem a integração social, tal como a acessibilidade, que promove ver o indivíduo sem distinção.

1.3.1 Acessibilidade versus espaço público

Fregolente (2008) destaca principalmente sobre a representatividade que as pessoas possuem em algum lugar e destaca que não só de frequentadores em perfeição física são compostos ambientes públicos, mas também com pessoas com diferentes condições físicas que causam limitações, a restrição de utilização para estas pessoas inibem o exercício de cidadania individual, que se transfere de certa forma ao preconceito com outros usuários.

A relação emocional que as pessoas com mobilidade reduzida criam com ambientes públicos são de rejeição diante de barreiras urbanas, Cohen e Duarte (2003) concluem através de pesquisas que as pessoas bloqueiam suas emoções positivas, fazendo com que criem uma relação de impedimento de viver uma vida igual a todos, com isso causam sentimentos de se abster de convivência social, perda de contato com o ambiente sociável e que se fechem em locais segregados de pessoas com as mesmas características na cidade onde vive.

Para Bahia et al (1998) os municípios devem legislar sobre assuntos de interesse local, entre tantos setores, fica também o espaço urbano. É natureza das cidades a ter locais de troca e convívio humano, e esses locais devem ser pensados não somente em um padrão idealizado de pessoas, mas em quem é “exceção” também. Acessibilidade e cidadania fazem parte dos direitos humanos universais, deste modo, a cidade deve ser toda apta a atender a todos, o alcance da acessibilidade em espaços públicos é uma conscientização das mudanças que ocorrem nas sociedades e deve se ter um planejamento para todos na formação de um cenário inclusivo.

Espaços públicos carregam um conceito de acessibilidade psicológica que implicam noções de barreiras sociais, estas que se apoiam no ambiente inserido no meio urbano; de certa forma, esta condição pertence unicamente da pessoa física: se ela não sentir uma exclusão social e se sentir integrada a grupos sociais, ela não deixará de frequentar o ambiente, a reciprocidade entre acessibilidade e espaços públicos se torna princípio fundador de espaços urbanos de qualidade, com um local que leva em consideração a pessoa, Prado, Lopes e

Ornstein (2010).

1.4 PRAÇAS

Para Robba e Macedo (2003) as definições de praça são inúmeras e mesmo considerando este leque de opções, os autores concordam que se pode conceituar como espaço público e urbano. A praça e a rua compõem os espaços públicos mais importantes da história, desde o período da Colônia Brasileira onde passaram de grandes pátios para esplendorosos jardins, tem um papel fundamental para formação de relações sociais, depois de muitas transformações na história de convívios sociais, as praças se transformaram em ambientes de lazer, convívio e acessível a todo cidadão.

Com a chegada do urbanismo moderno no século XX, os habitantes começaram a considerar a praça como um local de suma importância, por muitos anos houve uma superposição de linguagens arquitetônicas, a tipologia e padrões de construção foram alterados. Um exemplo de primeiro ambiente urbano moderno é o Parque Ibirapuera, com princípios de lazer ativo, pistas de caminhada, quadra para esportes, é apresentada uma nova forma de lazer que vai além do recreativo, mas passa a ser um fator de relevância cultural no espaço popular.

Em defesa do espaço popular, Segawa (1996) em pesquisas, defende que com o passar do tempo, os espaços populares adquiriram linguagens diferentes, como a linguagem familiar para praças, a vida nas praças eram compostas por sentimentos que propiciavam a felicidade, considerando que na Idade Média no Brasil eram realizadas feiras e festas comemorativas nestes espaços, promovendo a socialização, é relevante que desde este período o mesmo conceito de espaço popular se mantém em praças urbanas. As praças para Marx (1980) são o surgimento de um ambiente para reunir pessoas e praticar atividades diversas, e Abidin et al (2010) descrevem características que atraem usuários para praças, que vão em torno de serviços, instalações, local de implantação, paisagem, ligação de pessoas com o entorno, e principalmente a relação entre contextos culturais e sociais, promovendo além de encontros, atendimentos a acessibilidade no cotidiano das cidades.

Silva, Lopes W. e Lopes J. (2011) defendem as praças como ambiente de referência no cotidiano das cidades, e que cidades saudáveis possuem espaços de convívio social amplo, e ainda falam sobre as responsabilidades de políticas públicas em manter o patrimônio, considerando que praças, principalmente quando centrais, são o principal ponto de encontro.

Moretti (1997) destaca justamente sobre as responsabilidades governamentais, e destaca que muitos municípios apenas ignoram a legislação por ser mais complexa a formação do projeto, e depois disso o ambiente público passa a ser ‘esquecido’ visto que políticas públicas financiam um programa público totalmente diferente do que foi confeccionado.

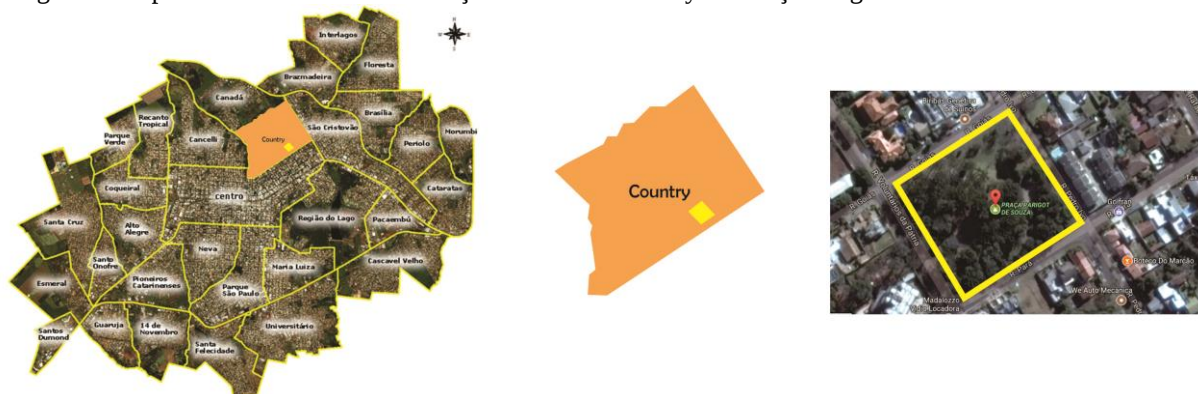
Além de toda a política de urbanização que é imposta em praças públicas, Denardin e Silva (2011) descrevem a função de hospitalidade nestes ambientes, o ato de acolher indivíduos que compõem o meio urbano, além de ter uma busca pelo bem-estar e satisfação. Promove a sociabilidade, os espaços públicos como praças, devem criar valores psicológicos, e a união entre residentes e turistas, visto que promove a convivência com o turismo também. Em resumo, é um ambiente destinado a proporcionar socialização e lazer a todo e qualquer usuário, proporcionando sensações como prazer e conforto.

1.4.1 Praça Parigot de Souza

A Praça Parigot de Souza, que é utilizada para o estudo de caso em questão, como breve histórico por Dias R; Dias S. (2016) está situada no Bairro Country, conforme dados do IBGE de 2010, a população do bairro alcança 4.415 habitantes, é conhecido como um bairro nobre da cidade de Cascavel, as autoras também falam sobre as famílias ali instaladas serem a maioria de classe média a alta, com casas luxuosas e em grandes condomínios. O bairro como um todo é composto por oito loteamentos, e começou com o primeiro em 1963, o Vila Boa Vista, que com o passar do tempo foi dividido com a metade no Bairro Country e metade foi denominado área do centro.

Dentro do bairro Country está situada a Praça Parigot de Souza (Imagem 1), construída no início de 1980, com 12.650 m², foi criada para ser um ícone ambiental e entre as espécies da flora disponível ali, mantém inúmeras araucárias, também possui uma Concha Acústica, que foi um espaço projetado para eventos culturais, como música e teatro. Além de receber eventos como o Rocão, que se caracteriza por ajudar ONG's protetoras de animais, unindo música com o ato beneficente.

Imagem 1: Mapa de Cascavel com delimitação do Bairro Country e a Praça Parigot de Souza.



Fonte: Governo do Estado do Paraná (2013). Editado pela autora (2017).

Okamoto (1996) descreve sobre filtros sensoriais em espaços sociais, em espaços como os da Praça Parigot de Souza, os frequentadores possuem certo filtro cultural, seres humanos se apoiam em sensações como sensibilidade e sensualidade (prazer, desprazer), as informações emocionais servem de guias para ações no meio urbano. A visão de realidade e percepções é individual, os valores e costumes implantados em certo meio urbano modificam a maneira de enxergar e interpretar as coisas.

Em complemento, a definição de Abbud (2006) sobre a formação de lugares no meio urbano se baseiam em diferenças de percepção, a vitalidade urbana em relação à diferentes percepções da Praça Parigot de Souza pode ser esclarecida também por Nesbitt (2008) a percepção individual do homem cria o seu modo de entender e uma construção do que se vê, o propósito essencial em construir é transformar um sítio em lugar, cria-se o conceito de “habitar” para referenciar o homem ao lugar, isto significa, uma identificação pessoal. O homem habita quando ele é capaz de materializar o mundo em coisas e construções que formam o meio em que vive. A arquitetura pertence ao propósito de ajudar o homem a habitar, ter uma base de apoio existencial.

Toda esta fundamentação de pertencimento se aplica ao entorno e perfil de usuários da Praça Parigot de Souza, o ambiente se tornou um referencial na cidade principalmente por se tornar um lugar de identificação e pertencimento pessoal, não só dos moradores do bairro, mas também de todas as regiões da cidade. Além de promover eventos culturais, o lugar se identifica como ponto de encontro, “uma vez que o lugar é o espaço dotado de valor pelo homem, e este está contemplado naquele, em presença física e/ou simbólica, propomos como estrutura para o lugar a intersecção de três mundos, ou *atributos*: os espaciais, os ambientais e os humanos” (ALVES, 2007), o que, seguindo estes conceitos caracteriza ainda mais um ambiente habitável, vitável e referencial em integração de valor humano para a cidade de

Cascavel – PR.

1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A acessibilidade na arquitetura brasileira chegou em meados da década de 80 de modo muito superficial mas nos últimos 20 anos vem ganhando um espaço muito maior o conceito de acessibilidade é a capacidade de exercer o direito de cidadania, principalmente de ir-e-vir para todos, pelos mesmos trajetos, por pessoas com plena mobilidade, reduzida ou sem capacidade nenhuma de se locomover. Nos caminhos de planejamentos urbanos bem estruturados e com conceitos de acessibilidade aplicados, além de outros fatores que ocasionam a vitalidade urbana, esta que pode ser definida pela experiência multissensorial e frequência de pessoas em um ambiente.

O ser humano cria experiências individuais em diferentes locais do meio urbano, isto é, a capacidade de criar emoções que os ligam a tal lugar, estas que ocorrem principalmente em ambientes públicos, como praças, que promovem a socialização, integração e que pretendem promover lazer e conforto a usuários. Para alcançar o ápice de experiências sensoriais humanas em ambientes públicos é preciso pensar na acessibilidade como fator de construção, propiciando o ambiente apto a todos. Com base nos fundamentos apresentados, a pesquisa prossegue com obras correlatas, que auxiliará a solucionar o problema de pesquisa proposto inicialmente.

2. CORRELATOS

Este capítulo irá apresentar três correlatos que foram escolhidos a fim de demonstrar na prática, estudos que reforçam a compreensão do embasamento teórico em acessibilidade e vitalidade urbana, com enfoque em praças públicas.

Para melhor compreensão da acessibilidade, a cidade de Uberlândia – MG entra como obra correlata, a abordagem metodológica para tornar a cidade um exemplo de acessibilidade se deu por etapas, ao longo dos anos Uberlândia conquistou este título por pensar na cidade de forma coletiva, ou seja, o espaço urbano deve ser acessível para todos independente de limitações físicas. A metodologia de transformação contínua da cidade e o considerar que todos são seres em potencial a ter alguma limitação física prioriza a evolução de uma cidade para pessoas.

A cidade de Natal – RN se torna um correlato privilegiado pelos espaços públicos dispostos no município, a metodologia aplicada na análise das praças é definida por compreender os fatores que motivam a população a frequentar estes espaços e quais espaços se tornam mais convidativos a população, que mesmo possuindo infraestrutura falha, os usuários criam vínculos afetivos com o local, tornando o mesmo vital urbanamente.

Por fim, o estudo da Praça Capela Nova, em Belo Horizonte se torna uma referência primordial, mostrando em conjunto com a legislação as falhas na acessibilidade em ambientes públicos, além da precariedade em oferecer um espaço público acessível para todos, o que passa a ser uma falha de planejamento urbano, onde não prioriza pessoas. A metodologia de estudo coloca em questionamento os espaços públicos urbanos que mesmo sem acessibilidade, promovem a vitalidade urbana, e por fim promove soluções funcionais para a adaptação projetual deste ambiente, a fim de ser exemplo em vitalidade e acessibilidade.

2.1. Uberlândia: cidade exemplo de acessibilidade.

A cidade de Uberlândia é considerada o segundo maior município do estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 676.613 habitantes, sendo um município privilegiado de recursos de atendimento e priorização à população, segundo a Prefeitura de Uberlândia (2014).

O Programa Cidades Sustentáveis (2016) destaca Uberlândia como diferenciada das demais cidades brasileiras, e em 2010 foi considerada pela ONU uma das 100 cidades do

mundo que são modelos em acessibilidade. Pode-se organizar a diferenciação da cidade em três pontos de planejamento: objetivos, cronograma e resultados.

Os principais objetivos se colocaram como: proporcionar condições de acessibilidade para todos e melhorar a qualidade de vida de portadores de alguma deficiência física ou motora. O cronograma é possível ser acompanhado na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Cronograma da cidade de Uberlândia para se tornar acessível.

ANO	RESULTADOS
2000	Foi criado um Núcleo de Acessibilidade para a administração deste setor em Uberlândia.
2002	O Núcleo de Acessibilidade gerou o COMPOD – Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, para garantir os direitos destas pessoas.
2008	A cidade passou a ter 58% da sua frota de mobilidade acessível.
2009	A ABM – Associação Brasileira de Municípios premia Uberlândia como “Melhor Transporte do Brasil”.
2010	A prefeitura cria uma Superintendência da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Urbana, que garante o pleno atendimento de todos.

Fonte: Cidades Sustentáveis (2016). Editado pela autora (2017).

Todo o cronograma de transformação da cidade de Uberlândia gerou resultados, alguns deles que podem ser enumerados na tabela 3, as transformações ocorreram de forma a contemplar toda a população e favorecer não somente carros, mas priorizar dependentes de transporte público e pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida, em um contexto geral, o município se tornou um referencial em acessibilidade justamente por pensar em planejar uma cidade para todos.

Tabela 3: Resultados conquistados com a transformação da cidade.

	RESULTADOS
1	Tornou-se a primeira cidade brasileira a ter 100% de acessibilidade em transportes públicos.
2	Um total de 405 ônibus com elevadores acoplados e 50 vans adaptadas para atendimento em locais de difícil acesso, com mais de 700 atendimentos diários.

3	Terminais urbanos adaptados com rampas de acesso ou elevadores e com adaptação sonora para deficientes visuais.
4	A cidade em total possui mais de 5000 rampas de acesso nas calçadas de vias públicas urbanas.
5	Mais de 70 mil pessoas beneficiadas com as adaptações inclusivas, e cerca de 10 mil pessoas foram inseridas no mercado de trabalho devida a mobilidade facilitada e instituições também adaptadas.
6	A criação de novas opções de educação e lazer trouxeram uma maior inclusão, e integração social.
7	Além do prêmio da ONU de estar entre as 100 cidades modelo de acessibilidade, a cidade foi pauta em importantes notícias, como a Revista da Confederação Nacional e Transportes, Revista Reação, e destaque no caderno de boas práticas em acessibilidade do Ministério das Cidades em relação ao transporte público, e gerou um leque grande de opções para gerar palestras e ensino sobre o assunto.

Fonte: Cidades Sustentáveis (2016). Editado pela autora (2017).

Uberlândia é destaque no Brasil em acessibilidade por proporcionar para a população uma qualidade de mobilidade urbana, esta é uma característica que o pensar na acessibilidade promove no planejamento de uma cidade.

Imagem 2: Rampas de acesso para cadeirantes e acesso ao transporte público para todos.



Fonte: Deficiente Ciente (2010).

A formação das análises que transformam a cidade de Uberlândia em uma referência de acessibilidade é um exemplo a ser seguido por todos. O cronograma revela que a prática de formação de uma cidade referência fora colocados em prática ano após ano, que geraram

resultados notáveis, tais como toda a frota de transporte público da cidade possuir acessibilidade por completo. Um dos conceitos a serem levados à diante em relação ao planejamento de Uberlândia é o de que todos podem ser considerados deficientes físicos em potencial, além de levar em conta que todos envelhecerão, os planejamentos contavam com tais condicionantes humanas, o homem com suas limitações permanentes ou temporárias é o que forma o conceito de planejamento de qualidade acessível em Uberlândia.

2.2. Vitalidade Urbana – Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das Praças de Natal/RN.

Segundo dados da prefeitura, Natal, no Rio Grande do Norte, possui uma estimativa de 877.662 habitantes. O fato de o município possuir 290 praças distribuídas pela cidade fomentou a tese de doutorado de Trícia Caroline da Silva Santana. A grande discussão se forma pela vitalidade estruturada entre as praças e quais motivos levam a tal estruturação.

Santana (2015) destaca alguns critérios importantes para a qualidade do espaço público, estes podem ser classificados em: proteção, conforto e prazer. Respectivamente ligados à segurança do homem, suas oportunidades de convivência de forma confortável com o meio urbano e o prazer em experiência sensorial positiva. Para a melhor compreensão deste estudo e para a definição de praças de Natal – RN escolhidas para estudo de caso com vitais urbanamente, fora destacados estes critérios e outros, como a quantidade de praças instaladas em cada região do município.

A cidade se põe como referência em vitalidade urbana em ambientes públicos pelas características que mantém este ambiente nesta colocação, realizadas no estudo citado. As percepções individuais dos usuários compreendem quais as limitações em atender atividades e público nos lugares, de forma geral o que fundamenta a percepção ambiental dos indivíduos são os elementos que ocupam o espaço público, seu entorno e raio de influência.

O estudo não foi vislumbrado por indivíduos com alguma limitação física, e isso pode estar altamente relacionado com a acessibilidade das vias e de acesso. Mesmo com esta questão sendo posta à mesa, Santana (2015) conclui que as praças Augusto Leite, Varela Barca e Luiz Raimundo de Sousa escolhidas para estudo de vitalidade urbana em Natal – RN foram classificadas como um bom local pela maioria dos entrevistados, e que mesmo o lugar não estando em plenas condições promovem a apropriação social urbana.

As condicionantes de acessibilidade geram o fator de Vitalidade Urbana e esta questão se torna de certa forma irrefutável, as praças de Natal – RN formam a ideia de que os lugares

de convivência comum podem e devem ser transformadores de pontos referenciais em projetos e formação do meio urbano em cidades. Neste caso as experiências individuais em cada praça da cidade proporciona a sensação primordial em ambientes de cunho público e integração social: vitalidade urbana. Pessoas tomam por si lugares da cidade a partir da sensação de pertencimento a algum meio ou espaço do meio urbano, ocasionando a vitalidade urbana estruturada em ambientes sociais.

2.3. Aplicações em praças públicas – Estudo de caso da Praça Capela Nova, Belo Horizonte/MG.

O município brasileiro do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte possui uma população de 2.513.451 habitantes e é uma das capitais nacionais. Dentro da cidade esta situada a Praça Capela Nova no bairro Minas Brasil (imagem 3).

Imagem 3: Imagem Praça Capela Nova, bairro Minas Brasil – Belo Horizonte – MG.



Fonte: MundoGeo (2017).

Reordenamentos em utilização de espaços públicos é parte de processos democráticos organizados por políticas públicas, Fregolente (2008) fala que a melhor das soluções para diminuir a distância entre portadores de deficiências físicas e seus direitos constitucionais é a implantação do “desenho universal” se comprometendo com o direito de todos os cidadãos. A criação ou readaptação de espaços urbanos deve ser priorizado ser utilizável pelo homem, os usuários não são representados pela massa em plenas condições físicas e com todas as habilidades, mas também para aqueles com limitações em geral.

Portadores de deficiências físicas possuem dificuldades em integração social por simplesmente não conseguir usufruir de espaços coletivos, porque foram pensados e planejados somente para pessoas em padrões físicos perfeitos. Para entender os parâmetros dos portadores de alguma deficiência é necessário entender suas expectativas, necessidades e alternativas. Ser omissos ao acesso físico para todos se torna uma opressão a ambições, direitos, necessidades, autonomia e liberdade para todos da constituição.

O estudo da Praça Capela Nova (imagem 4 e 5), segundo Oliveira et al (2010) busca analisar a acessibilidade urbana para pessoas em perfeitas condições físicas ou não. A legislação Brasileira prioriza a adequação de locais públicos à pessoas portadoras de deficiências físicas, mas o grande questionamento gira em torno do porque praças antigas como a Praça Capela Nova, não são priorizadas as adequações a fim de atingir o direito de todos os cidadãos com ou sem deficiências físicas.

Imagem 4: Imagem geral Praça Capela Nova.



Fonte: Blog Interesse social, coletivo e público (2017).

Imagem 5: Imagem eixo central Praça Capela Nova.



Fonte: Blog Interesse social, coletivo e público (2017).

O estudo foi realizado por Oliveira et al (2010) em forma de visita técnica, em primeira instância fora compreendido o mobiliário urbano fixo ou móvel existente no local, esta compreensão teve a finalidade de identificar no mobiliário urbano as não conformidades com as normas da ABNT em acessibilidade. A acessibilidade pelas principais vias no entorno também foram analisadas, compreendendo a dificuldade do acesso a Praça Capela Nova.

A realidade analisada questiona a colocação de que a praça é uma referência em espaço vital em Belo Horizonte, espaços urbanos coletivos mesmo que não promovendo a acessibilidade adequada, geram uma questão de percepção em cada indivíduo, formando a frequência e experiência sensorial, a lacuna de acessibilidade em projetos públicos de uso coletivo deve ser preenchida, especialmente do ponto de vista social.

Oliveira et al (2010) conclui que há um descumprimento nas adaptações referentes a acessibilidade no local, em contraponto, há uma nítida tentativa de melhorias, mas para que sejam problemas solucionados é preciso ter conceitos com padrões de fluidez, conforto e segurança urbana. A sociedade possui uma compreensão limitada sobre a legislação em acessibilidade, mais importante do que criar leis, é manter e respeitar a utilização em espaços de uso coletivo. A Praça Capela Nova não está apta a atender acessivelmente a todos os cidadãos, ou seja, a ação de promoção de acessibilidade a todos precisa ser priorizada, afinal os direitos humanos fundamentais precisam passar de uma mera retórica constitucional e serem aplicados no meio urbano.

2.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

A finalização deste capítulo trouxe a percepção de que os planejamentos e adaptações de espaços públicos à acessibilidade devem ser constantes e andar juntos no processo de criação, estes formam os espaços coletivos de qualidade nas cidades. As práticas de diretrizes urbanas em acessibilidade garantem a vitalidade urbana, além da convivência social ampliada na inserção urbana.

Como se pode notar, a cidade de Uberlândia é um exemplo em acessibilidade para o país, já em Natal/RN, as praças possuem uma vitalidade urbana estruturada mesmo sem oferecer acessibilidade em espaços públicos, por fim o estudo na Praça Capela Nova, demonstram embasamentos que qualificam condicionantes onde promovem a vitalidade urbana em espaços pensados juntamente com a acessibilidade para todos. Os correlatos e estudos apresentados visam a compreender na prática a materialização destes conceitos no

meio urbano. A pesquisa das seguintes etapas terá como base a aplicação metodológica dos correlatos apresentados, a fim de obter resultados em análises na Praça Parigot de Souza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre Acessibilidade e Vitalidade Urbana teve como objetivo, entre os quais se cumpriram no primeiro capítulo, conceituar a acessibilidade dentro do contexto de espaços públicos; dar enfoque a acessibilidade no Brasil; compreender as legislações que regem as normas de acessibilidade; compreender os fatores de acessibilidade que ocasionam a vitalidade urbana em espaços públicos; definir o conceito de vitalidade urbana no contexto de espaços públicos; historicizar a vitalidade urbana em praças e relacionar com embasamento em princípios teóricos a acessibilidade com a vitalidade urbana, por questões de causar uma experiência sensorial em pessoas que pertencem e frequentam o meio urbano.

Foram realizados resgates bibliográficos a fim de responder questões que transformam ambientes públicos em vitais, correlacionando com a acessibilidade. Até o presente momento, as pesquisas foram realizadas a fim de obter embasamento para uma sustentação teórica. O problema de pesquisa ainda está em fase de compreensão, visto que serão analisadas de forma prática quais as condicionantes que precisam ser consideradas para que a Praça Parigot de Souza seja um conceito de vitalidade urbana e acessibilidade na cidade de Cascavel – PR. A hipótese considerada mantém-se em verdade, a Praça Parigot de Souza possui uma estruturação vital pela frequência e identificação pessoal, mas assim como a maioria dos espaços públicos urbanos partem do princípio de ser um exemplo de lugar vital na cidade, mas é visto que assim como na Praça Parigot de Souza, alguns conceitos foram adquiridos com o passar do tempo e frequência no ambiente.

A experiência sensorial individual desenvolvida pelo ser humano em ambientes públicos possibilita uma criação de valores emocionais e identificação pessoal, o que torna estes ambientes vitais urbanamente, independentes de infraestrutura qualificada. As etapas seguintes serão definidas por um estudo de campo da Praça Parigot de Souza, identificando preceitos de acessibilidade e de identificação pessoal de usuários, propondo soluções práticas para a formação deste espaço um conceito de vitalidade para a cidade de Cascavel – PR.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, I. Z. et al. Characteristic of Attractive Square as Public Space: Putra square, Putrajaya. In: ANDEA, P.; KILYENI, S. **Selected Topics in Energy, Environment, Sustainable Development and Landscaping**. Romania: Politehnica University of Timisoara, 2010.
- ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- ALVES, Luiz Augusto dos Reis. **Arquitextos: O conceito de lugar**; 08, ago. 2007. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>> Acesso em 13 de out. 2017.
- BALBIM, Renato, KRAUSE, Cleandro e LINKE, Clarisse Cunha. **Cidade e Movimento – Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano**. ITDP e IPEA – Brasília, 2016.
- BAHIA, Sergio Rodrigues; COHEN, Regina; BRAZIL, Valéria Veras. **Município & Acessibilidade**. – Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 1998.
- BENTLEY, Ian et al (ed.) **Entornos Vitales: hacia un Diseño Urbano y Arquitectónico Más Humano. Barcelona**. Gustavo Gilli, 1999.
- CABRAL, T. N. D.; ROSSETTO, A. M.; SABOYA, R. T. **Forma urbana, suas motivações e seus efeitos: cumplicidade ontológica, teleologia e alguns equívocos**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.4, n.1, p.151 – 170, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.2390/0/2359-1552.2016v4n2-rx>>. Acesso em 21 de ago. 2017.
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane R. **Subsídios para o planejamento da Acessibilidade aos Espaços Urbanos**. 2003. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/trabalhos>> Acesso em 21 de ago. 2017.
- COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. – São Paulo: Editora Perspectiva S.A. – SP, Brasil, 1998.
- DAVIDSON, Forbes e ACIOLY, Claudio. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. – Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. – São Paulo: Pini, 1990.
- DENARDIN, Vanessa Cibele Cauzzo; SILVA, Adriana Pisoni da. **Praças urbanas como espaços para o turismo e lazer: um estudo preliminar na Praça General Osório na cidade de Santa Maria/RS**. Encontro Semintur Jr – Mestrado em Turismo da UCS – 11 e 12 de novembro de 2011.

DIAS, Rosangela Maria Sachet; DIAS, Solange Irene Smolarek. **Procedimentos para análise de processos de lotes urbanos localizados em área de preservação permanente** – app no município de Cascavel. Revista Thêma et Scientia – Vol. 6, no 1, jan/jun 2016.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. **Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção**. In Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano. Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004.

FARRET, Ricardo L; GONZALES, Suely F. Netto; HOLANDA, Frederico R. Borges de; KOHLSDORF, Maria Elaine. **O espaço da cidade – contribuição à análise urbana**. São Paulo, Projeto, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FREGOLENTE, Rosana. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais** – Estudo de casos / Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2008.

FREITAS, Ernani Cesar de, PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º edição – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GALINDEZ, Jorge. **Anais do VI SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico, Rio de Janeiro, 8 a 10 de junho de 1994. E, Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico, Rio de Janeiro, 6 e 7 de junho de 1994**. – Brasília: CORDE, 1995.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 3. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. – São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço da exceção**. Editora Universidade de Brasília, 2002.

LAMÔNICA, Dionísia A. Cusin; FILHO, Pedro Araújo; SIMONELLI, Simone B. Joaquim; CAETANO, Vera L. S. Butignoli; REGINA, Márcia R. R; REGIANI, Denise Maria. **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru**. Rev. Bras. Educ. Espec. v.14, n.2, 2008.

LANCHOTTI, José Antônio. **Normativos legais sobre a acessibilidade na arquitetura e urbanismo no Brasil**. – Brasília: ABEA, 2014.

LEAL JUNIOR, Jose Hamilton. **Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina – PI**; orientador, Ayrton Portilho BUENO – Florianópolis, SC, 2014.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MANZINI, Eduardo José; MARQUEZINE, Maria C; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadao. **Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas.** In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). *Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais*. Londrina: Uel, 2003. p.185-192 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração.** – São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995).** São Paulo: Cosac Naify, 2º ed. rev. 2008.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento.** – São Paulo: Plêiade, 1996.

OLIVEIRA, Antônia Maria de Fátima. **Acessibilidade – comparação das leis dos países do Mercosul.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 2008.

OLIVEIRA, Júlio César; FERREIRA, Leonarto Venturini Silva; COSTA, Rodrigo Rattes; CORADI, Rogério Lopes. **Acessibilidade Urbana: Estudo de caso da Praça Capela Nova.** Maio de 2010. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2010/05/05/acessibilidade-urbana-estudo-de-caso-da-praca-capela-nova/>> Acesso em 13 de out. 2017.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Tradução de Alexandre Salvaterra. – Porto Alegre: Bookman, 2011.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag, ARAGÃO, Antônia E. de Araújo, ALMEIDA, Paulo César. **Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP* – 41 (4):581-8. Publicado em 2007.

PRADO, Adriana; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Uberlândia, uma história de muitos;** 2014. Disponível em: < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=97>> Acesso em 13 de out. 2017.

PREFEITURA DE NATAL/RN. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/natal/ctd-669.html>> Acesso em 13 de out. 2017.

PREFEITURA DE BH. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/>> Acesso em 13 de out. 2017.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Uberlândia é destaque em acessibilidade.** 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/uberlandia-e-destaque-em-acessibilidade>> Acesso em 13 de out. 2017.

QUEIROZ, Marco Antônio de. **Acessibilidade web: Tudo tem sua Primeira Vez.** 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/capitulomaq#301>. Acesso em: 13 ago. 2017.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público.** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras.** – 2. Ed. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SABOYA, R. T.; NETTO, V. M.; VARGAS, J. C. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana. Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos.** *Arquitextos*, v. 180 n. 02, 2015.

SABOYA, Renato. **Fatores Morfológicos da Vitalidade no ArchDaily.** 2017. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2017/02/fatores-morfologicos-da-vitalidade-no-archdaily/> acesso em 08 de agosto de 2017.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H.. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos: um estudo sintático.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>>. Acesso em 21 de ago. 2017.

SABOYA, Renato. **Condições para a vitalidade Urbana #1 – densidade.** 2012. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2012/11/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-1-densidade/>> Acesso em 20 de ago. 2017.

SABOYA, Renato. **Condições para a Vitalidade Urbana #4 – Permeabilidade visual.** 2013. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2013/06/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-4-permeabilidade-visual/>> Acesso em 21 de ago. 2017.

SABOYA, Renato. **Tipos arquitetônicos e Vitalidade Urbana.** 2012. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2012/02/tipos-arquitetonicos-e-vitalidade-urbana/>> Acesso em 21 de ago. 2017.

SABOYA, Renato. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 2: Acessibilidade.** 2017. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/805277/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-2-acessibilidade-renato-t-de-saboya>> Acesso em 28 de ago. 2017.

SALLAS, Ana Luisa Fayet, et al. **Anais do evento: Seminário Nacional Sociologia & Política,** 2011. – Volume 9, Juventudes em Movimento: cultura, participação e sociabilidades.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia.** São Paulo: Interlivros, 1974.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. **Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das praças de Natal/RN.** – Natal, 2015.

SEVERINI, Valéria Ferraz. **Turismo e Hospitalidade Urbana: repensando a sustentabilidade das grandes cidades.** III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R.; LOPES, J. B. **Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 197-212, jul./set. 2011.